

MINISTÉRIO DA FAZENDA PRIMEIRO CONSELHO DE CONTRIBUINTES TERCEIRA CÂMARA

Processo nº

: 13677.000127/97-60

Recurso nº

: 128.174

Matéria

: IRPJ - Ex(s): 1991

Recorrente

: ORGANIZAÇÕES FRANCAP LTDA.

Recorrida Sessão de : DRJ-JUIZ DE FORA/MG : 21 de março de 2002

Acórdão

: 103-20.884

RESTITUIÇÃO/COMPENSAÇÃO - A hipótese prevista no art. 168 do CTN é de decadência, que somente se opera por inação do titular do direito. Com a entrega da DIRPJ/91, cristalizou-se o direito à devolução do excedente dos duodécimos antecipados relativamente ao imposto devido, mediante restituição automática. Por ser automática, a restituição alvitrada independia de requerimento, produzindo os mesmos efeitos a declaração apresentada.

Recurso provido.

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos do recurso voluntário interposto por ORGANIZAÇÕES FRANCAP LTDA.,

ACORDAM os Membros da Terceira Câmara do Primeiro Conselho de _ Contribuintes, por unanimidade de votos, DAR provimento ao recurso, nos termos do relatório e voto que passam a integrar o presente julgado.

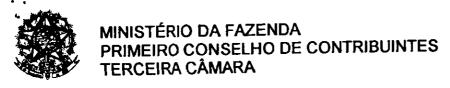
CANDIDO RODRIGUES NEUBER

PASCHOAL RAUCCI

RELATOR

FORMALIZADO EM: 18 ABR 2002

Participaram ainda, do presente julgamento, os Conselheiros NEICYR DE ALMEIDA, MÁRCIO MACHADO CALDEIRA, MARY ELBE GOMES QUEIROZ, ALEXANDRE BARBOSA JAGUARIBE, JULIO CEZAR DA FONSECA FURTADO O VICTOR LUÍS DE SALLES FREIRE.



Acórdão nº : 103-20.884

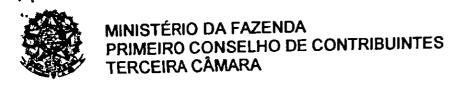
Recurso nº : 128.174

Recorrente : ORGANIZAÇÕES FRANCAP LTDA

RELATÓRIO

- 1. Pelas petições de fls. 01 e 09, o contribuinte solicitou compensação das quantias de R\$ 99.600,70 e R\$ 52.425,05, em virtude de recolhimento de IRPJ antecipado, duodécimos, referentes ao exercício de 1991, período-base 1990, conforme DARF's originais anexados a fls. 03/05.
- 2. Os pedidos de compensação foram protocolizados em 10/12/97 e 13/01/98, e os DARF's que ensejaram o pleito correspondem a recolhimentos efetuados em 28/09/90, 31/10/90 e 30/09/90, conforme constam das respectivas autenticações bancárias e do "Comprovante de Confirmação de Pagamento", juntado a fls. 10 pela DRF/Divinópolis/MG.
- 3. Apreciando as compensações requeridas, a Seção de Tributação - SASIT, da DRF/Divinópolis, indeferiu os pedidos sob dupla fundamentação: a) falta de comprovação de ter havido recolhimento indevido; b) decurso do prazo extintivo de cinco anos, previsto no art. 168, inc. 1, do CTN (fls. 11/12).
- 4. Tomando ciência dessa Decisão em 25/06/98 (AR de fls. 14), a interessada manifestou seu inconformismo com a petição de fls. 14/18, apresentada em 23/07/98, alegando em síntese :
 - a) que o tributo que se pretende compensar (Imposto de Renda Pessoa Jurídica Antecipação de Duodécimo), " é daqueles sujeitos a lançamento por homologação " (fls. 15, item 03);
 - b) nesses casos, o prazo extintivo somente se dá após o decurso de "cinco anos, contados da ocorrência do fato gerador, acrescidos de

128.174*MSR*27/03/02



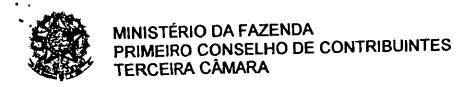
Acórdão nº : 103-20.884

outros cinco anos, esses contados do término final deferido para homologação do lançamento procedido" (fis. 15, "in fine" e 16, "in limine");

- para corroborar os argumentos de defesa, menciona diversas C) decisões judiciais, cujas ementas ou excertos acham-se transcritos a fls. 16/17;
- nessa ordem de idéias, assevera que, tendo as homologações d) tácitas ocorrido em 28/09/95, 30/10/95 e 30/11/95, datas a partir das quais são contados mais cinco anos, conclui o requerente que seuspedidos têm respaldo no art. 168 do CTN, devendo ser reformulada a Decisão denegatória da DRF/Divinópolis.
- Encaminhado o expediente à Delegacia de Julgamento em Juiz de 5. Fora/MG, esta ponderou que " embora no exercício em questão o crédito de IRPJ apurado na DIRPJ/91 estivesse sujeito à restituição automática, nos autos não consta se a requerente foi contemplada com esse procedimento ", baixando o processo em diligência para essa verificação (fls. 20).
- A SASAR Seção de Arrecadação da DRF/ Divinópolis devolveu o 6. processo à DRJ/ Juiz de Fora, " informando que o crédito pleiteado não foi objeto de restituição, conforme indicam telas dos sistemas IRPJEST e SIAF" (fls. 23).
- 7. Aperfeicoada a instrução processual, a DRF/ Juiz de Fora, invocando o Ato Declaratório SRF nº 96/99 e os Pareceres PGFN/CAT números 550, 678 e 1538, todos de 1999, bem como o ensinamento de Aliomar Baleeiro (Direito Tributário Brasileiro, Ed. Forense, 10ª Ed., 1995, pág. 521), concluiu que o pagamento antecipado acarreta a extinção do crédito tributário, sob condição resolutória de ulterior homologação, refutando a tese de que antes da homologação expressa ou tácita não corre o prazo decadencial de cinco anos (fls. 26).
- 8. No que tange às decisões judiciais mencionadas na impugnação, a DRJ/Juiz de Fora assevera que estas somente vinculam as partes envolvidas e, pelos fundamentos resumidos no item precedente, indeferiu a solicitação do postulante.

128.174°MSR*27/03/02

3



Acórdão nº : 103-20.884

9. Cientificada da Decisão nº 1535/01, da DRJ/Juiz de Fora, em 10/09/01 (AR de fls. 28, verso), a interessada interpôs, em 17/09/01, o recurso de fls. 29/31, no qual reitera a tese de que a contagem do quinquênio somente deve ser iniciada após a homologação tácita, mencionando Acórdão da 3ª Câmara do 2º Conselho de Contribuintes e Acórdãos do STJ, no mesmo sentido defendido pelo recorrente.

É o relatório

Acórdão nº : 103-20.884

VOTO

Conselheiro PASCHOAL RAUCCI, relator

- 10. O recurso é tempestivo e atende aos requisitos para sua admissibilidade, por isso dele tomo conhecimento.
- 11. O pagamento antecipado, nos lançamentos por homologação (art. 150, "caput", do CTN), extingue o crédito tributário correspondente, sob condição resolutória da ulterior homologação do lançamento (§ 1º do art. 150 do CTN).
- 12. A lição do saudoso e festejado tributarista Aliomar Baleeiro, mencionada na decisão recorrida, confere ao art. 150 do CTN o seu correto alcance, qual seja :

"Pelo art. 150, o pagamento é aceito antecipadamente, fazendo o lançamento "a posteriori" : a autoridade homologa-o, se exato, ou faz o lançamento suplementar, para haver a diferença acaso verificada a favor do Erário."

- 13. Tal interpretação está em absoluta harmonia com o art. 142 do CTN, segundo o qual compete privativamente à autoridade administrativa constituir o crédito tributário pelo lançamento, descrevendo o "iter" a ser percorrido para esse fim.
- 14. Voltando ao magistério de Baleeiro, o mesmo reportou-se ao § 1º do art. 150 do CTN, explicitando que este dispositivo "imprime ao pagamento antecipado o efeito de extinção do crédito, sob condição resolutória de ulterior homologação."
- 15. O consagrado jurista arremata sua linha de raciocínio nos seguintes termos : " Negada essa homologação, anula-se a extinção e abre-se oportunidade a lançamento de oficio."

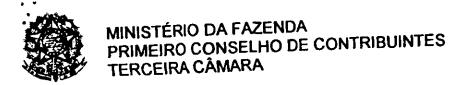
128.174*MSR*27/03/02

5



Acórdão nº : 103-20.884

- 16. Por conseguinte, entendo acertada, sob esse aspecto, a inadmissibilidade da tese do decênio, para efeito decadencial nos lançamentos por homologação, como bem ressaltado na decisão contestada.
- 17. Igualmente, as decisões judiciais trazidas à colação, tanto na fase impugnatória, quanto na recursal, só produzem efeito "inter-partes", não aproveitando a terceiros, cabendo aditar, ainda, não ser essa a melhor doutrina, conforme acórdãos em sentido contrário, prolatados em diferentes instâncias da Justiça Federal.
- 18. Contudo, afigura-se-me que alguns aspectos da questão estão a merecer uma melhor apreciação, conforme se discorrerá mais adiante.
- 19. O art. 168 do CTN, base do indeferimento dos pedidos do recorrente, tanto na decisão da DRF/Divinópolis, quanto da DRJ/Juiz de Fora, dispõe sobre "extinção de direito", tratando-se de hipótese de decadência, diferente da prescrição, cuja ocorrência não extingue o direito, mas sim a prerrogativa de ação correspondente a esse direito.
- 20. Feita essa distinção, no mais são comuns as circunstâncias que determinam se opere a decadência ou a prescrição, isto é, a inação ou omissão do sujeito ativo do direito.
- 21. Em outras palavras: o alheamento ou negligência do titular do direito é que enseja a decadência (perda do direito) ou a prescrição (subsiste o direito, mas há perda da faculdade de acioná-lo).
- Ora, no caso dos autos, está claramente informado que o contribuinte promoveu o recolhimento do IRPJ do exercício de 1991 antecipadamente, na forma de duodécimos, durante o período-base de 1990 (setembro, outubro e novembro).

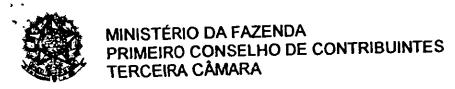


Acórdão nº : 103-20.884

- 23. Assim, apenas quando da entrega da DIRPJ/91, ano-base 1990, é que ficaria exteriorizado o direito a eventual restituição, pois os duodécimos recolhidos representavam antecipação do IRPJ apurado da declaração, podendo haver diferença a pagar ou a receber (restituição).
- 24. Portanto, penso que só com a entrega da declaração de rendimentos, provavelmente em abril de 1991 (do processo não consta a data de entrega), é que estaria evidenciado "se e quanto" haveria de direito à restituição.
- 25. Consoante informado pela DRJ/Juiz de Fora, o crédito de IRPJ apurado na DIRPJ/91 estaria sujeito à "RESTITUIÇÃO AUTOMÁTICA" (fls. 20), confirmada essa situação pelo documento juntado pela SASAR da DRF/Divinópolis, a fls. 21.
- Assim, não cabe alegar omissão do titular do direito à restituição, enquanto esse direito não estivesse materializado pela entrega da declaração de rendimentos do exercício de 1991, ou seja, antes disso nenhum ato omissivo poder-se-lhe-á imputar para efeito de contagem do termo decadencial.
- Além do mais, não raro o Fisco pode, mediante revisão nas declarações de rendimentos, alterar os valores a restituir, ou saldo a pagar, acontecendo, às vezes, que o contribuinte que almejava uma restituição acaba sendo contemplado com um lançamento complementar, deixando de existir eventual reembolso para, em seu lugar, surgir uma obrigação correspondente à diferença apurada pelos órgãos da SRF.
- Assim, venia permissa, ouso divergir da tese, no caso dos autos, de que o termo inicial da contagem decadencial faz-se a partir da data do recolhimento pois não se pode, nesse data, vislumbrar qualquer omissão do interessado, pela inexistência de eventual e futuro direito de reembolso ou compensação.

Acórdão nº : 103-20.884

- 29. Mas a minha discrepância de pontos de vista não cessa por aí. Outros aspectos jurídicos devem ser abordados e sobre eles meditar.
- 30. Por exemplo: a pessoa física isenta, em muitos casos, está dispensada da entrega da declaração, consoante esclarecido nos Manuais de Orientação fornecidos pela SRF.
- 31. Entretanto, os mesmos Manuais alertam que, se por qualquer razão o contribuinte sofreu retenção na fonte, para poder receber a restituição deverá ele entregar a declaração de rendimentos, onde constará a demonstração do imposto a restituir.
- 32. habilita restituição, Com tal providência, o contribuinte se desconhecendo-se a obrigatoriedade de requerimento formal pleiteando-a pois, nesses casos, opera-se "RESTITUIÇÃO AUTOMÁTICA".
- 33. Se, por múltiplas razões, ocorrer atraso na restituição, ainda que pretendesse, o contribuinte é orientado para não requerer a devolução, pois esta ocorrerá automaticamente, após esgotadas todas as fases de processamento e verificação pertinentes.
- 34. Significa isso que a entrega da declaração de rendimentos, acusando valores a restituir, importa em pleitear devolução do excesso recolhido a título antecipatório, em relação ao imposto devido na declaração.
- 35. Não se pode esquecer que a decadência somente se opera quando o titular de um direito não o exercita, durante um certo lapso de tempo, provocando a perda ou extinção desse direito.
- 36. Tendo o contribuinte realizado os procedimentos competentes para reaver o excedente dos tributos recolhidos antecipadamente em relação ao "quantum" devido, para habilitar-se à RESTITUIÇÃO AUTOMÁTICA, não poderá eleaser tachado de omisso 128.174*MSR*27/03/02



Acórdão nº : 103-20.884

e retirar-lhe o direito à restituição (mediante compensação), pois se omissão houve, estará ela no pólo oposto da relação jurídica.

CONCLUSÃO

Ante as razões fáticas e jurídicas supra e retro expostas, DOU PROVIMENTO ao recurso voluntário.

Sala das Sessões - DF, em 21 de março de 2002